

A HISTÓRIA PÚBLICA E DIGITAL COMO PONTO DE PARTIDA PARA QUESTIONAR O USO DO YOUTUBE NO ENSINO DE HISTÓRIA¹

Gabriela Arosa²

RESUMO: O presente artigo pretende, à luz das considerações realizadas no âmbito da História Pública e Digital, identificar e analisar possíveis interferências do uso da plataforma *YouTube* nas relações educativas no Ensino de História. A “explosão” de conteúdos e informações que circulam na internet e o crescente interesse público pela temática histórica têm emergido nas salas de aula, muitas vezes, de forma ameaçadora. Em algumas situações, essas interferências provocam desafios ao saber histórico-científico e escolar. Isto evidencia que existem diferentes maneiras de utilização, apropriação e construção de conhecimento, produção de sentido acerca do passado e que também a Universidade, a escola e as instituições tradicionais não são mais os únicos espaços exclusivos de produção de conhecimento. Nesse caminho, busca-se diferenciar as possibilidades de produção de sentido sobre o passado que se relacionam com o ensino de história. E, ainda, compreendendo-o como um “lugar de fronteira”, com saberes e práticas próprios, discutir como parte da literatura do campo tem respondido aos muitos questionamentos que a plataforma suscita no contexto do ensino básico. Por fim, propõe-se uma atividade pedagógica, cujos objetivos principais visam contribuir para a identificação das diferentes naturezas narrativas de temática histórica com as quais nos deparamos atualmente.

Palavras-chave: História Pública, Ensino de História, YouTube, História Digital.

ABSTRACT: The present article intends, in the light of the considerations made under the purview of Public and Digital History, to identify and analyze the possible interferences of the YouTube platform use in educational relationships (matters) in History Teaching. The mass production of content and information that circulate on the internet and the growing public interest in historical subjects has emerged in the classrooms, many times, in a threatening way. In some situations this interferences lead to challenges for the historical scientific and school knowledge. This fact highlights that are different ways of using, owning and constructing knowledge, different meaning production about the past, and that the University, the school and the traditional institutions are no longer the solely responsible spaces for knowledge production. In this way, this work seek to differentiate the possibilities in the meaning

1 Este artigo é uma reelaboração do trabalho final exigido para a conclusão do curso de Pós-Graduação em Ensino de História, oferecido pelo Colégio Pedro II. O trabalho de título “Quando a aula é no Youtube? A História Pública e Digital como ponto de partida para as relações no Ensino de História” foi orientado pelo Professor Doutor Leonardo Britto e defendida em 19 de fevereiro de 2020, e contou com a participação dos professores Julio Paixão (Pedro II) e da Doutora Cláudia Costa.

2 Bacharel e Licenciada em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Especialista em Ensino de História pelo Colégio Pedro II, possui experiências de publicação e pesquisa no campo da História da Educação e do Ensino de História. Professora do Ensino básico na rede privada e mediadora na rede pública do Estado do Rio de Janeiro contratada pelo consórcio CEDERJ para o Pré-Vestibular Social.

production about the past that relates to history teaching. And, still - understanding it as a “boarder place”, with its own knowledge and praxis - discuss about how a part of the field bibliography has answered many of the questions raised by the use of the platform, in the context of primary education. Finally, this paper proposes a pedagogical activity whose main objectives aim to contribute to the identification of different kinds of narratives in the history field, that come across us nowadays.

KEYWORDS: Public History, History Teaching, YouTube, Digital History.

Introdução

Ao longo destes quatro anos em que leciono no ensino básico, me deparei diversas vezes com algum tipo de interferência dos “youtubers”, influenciadores digitais ou produtores de conteúdo que vêm se tornando famosos na internet. Nas diferentes dinâmicas em sala de aula, é muito comum os estudantes me questionarem sobre determinados conceitos, categorias ou fatos históricos que se tornaram alvos de polêmicas: afirmações de que o fascismo seria “de esquerda”; ou então sobre os “mitos históricos”, que muitas vezes se anunciam revisionistas e circulam pela rede vestidos de pesquisa histórica científica, como o caso dos escravos de Zumbi; ou também as atuais falácias sobre a Ditadura Militar no Brasil. Videoaulas, canais que empregam a temática histórica ou declarações de influenciadores digitais acerca de algum período, processo ou fato histórico têm sido cada vez mais as referências citadas por aqueles estudantes que se valem desta gama de possibilidades de acesso à informação e conhecimento que é a internet.

Os estudantes, portanto, estabelecem contato com diferentes formas de significação e experimentação do passado a que eles têm acesso por meio de: ensino escolar, conhecimento científico produzido nas Universidades, filmes, livros, memórias, meios de comunicação, tradições, redes sociais, etc. Mas, por que o YouTube tem se tornado, então, uma das principais formas de questionamento, interferência e parâmetro para a aquisição ou o consumo de conhecimento histórico, utilizadas pelos estudantes que têm frequentado as minhas aulas? Ou ainda, como nós, professores, identificamos e nos relacionamos com essas interferências? Por que parece que estamos perdendo nossa exclusividade em contar o passado?

Como “pano de fundo” das possíveis causas e consequências dessa nossa aparente inabilidade em contar o passado (MALERBA, 2014), se configura um debate acerca do que se caracteriza por História acadêmica, História escolar, suas definições, relações e significações atuais. Para que serve a História? Essa é uma pergunta que, com certeza, não darei conta de responder, mas que esteve como questionamento motivador nas problematizações que busquei compor. As diferentes narrativas veiculadas no YouTube se constituem como mais uma possibilidade de articulação, divulgação e apropriação de sentidos sobre o passado que tem se popularizado.

Tendo estes questionamentos como ponto de partida, o artigo está dividido em três sessões. As relações entre campo científico da história e os diferentes possíveis usos públicos do passado foram considerações que abordei na primeira parte. Na segunda sessão, explorei a relação entre o ensino de História e a utilização de vídeos do YouTube no contexto escolar. Por último, a proposta pedagógica apresentada tem como intenção contribuir para que os estudantes sejam capazes de identificar alguns dos aspectos metodológicos da ciência histórica, além de diferenciar algumas das possibilidades de construção e significação do passado que existem em nossa sociedade. De modo que se possa fortalecer a participação do alunado como sujeitos históricos críticos capazes de diferenciar as naturezas das diferentes práticas públicas de História e da ciência.

A História Pública e os diferentes usos do passado.

A partir da década 1970, se vem buscando delinear um campo acadêmico-científico que, em linhas gerais, se constituiu com a preocupação acerca dos possíveis modos de autorização, circulação e divulgação do conhecimento histórico, atrelados ou não ao conhecimento histórico-científico. Na grande maioria da literatura sobre o assunto (ALBIERI, 2011; LIDDINGTON, 2011; ROVAI, 2011; MALERBA, 2014; SANTHIAGO, 2016), o mundo anglo-americano é visto como o primeiro a institucionalizar a produção de uma História Pública como campo acadêmico.³ Dessa maneira, buscou-se destinar um espaço institucional para

3 Estou compreendendo por campo científico a categoria cunhada por Pierre Bourdieu. Um espaço concorrencial e de integração social, que se desenvolve em torno de interesses próprios e específicos. Este se dá por meio do acúmulo de capitais por parte dos agentes sociais que o compõem; produzindo, assim,

compreender e também produzir aquilo a que, neste texto, estamos denominando de “práticas públicas de história”. Estas podem ser definidas pelo conjunto de narrativas, memórias, discursos, que são produzidos – ora se valendo das pesquisas, ora não – e que têm como aspecto comum atingir um público específico: o não científico.

As práticas públicas de história são muito recorrentes nos principais meios de comunicação atuais, na internet, mas também foram comuns em outros tempos históricos. Afinal, é intrínseca às sociedades humanas a preocupação com o seu passado e a forma como lidamos com ele no presente. Sendo assim, temáticas históricas sempre fizeram parte das produções intelectuais e artísticas mundo afora. Então, embora sempre tenha havido algo de “público” na História, bem como uma história *sobre e para* o público, a Academia só se revestirá dessas preocupações tardiamente. (FAGUNDES, 2019).

É preciso ressaltar que o termo “público” que acompanha a História neste campo é bastante polissêmico. Assim, dentro das diversas possibilidades de sentido atribuídas ao conceito, uma destas perspectivas visa definir o significado de “público” como “público-alvo”; e a preocupação desta História estaria em atentar para o modo como um conjunto de pessoas, que está situado fora do ambiente acadêmico, se relaciona com o passado. De tal forma que a preocupação estaria centrada nos possíveis formatos narrativos, artísticos e midiáticos vistos como mais eficientes para alcançar um maior número de pessoas (SANTHIAGO, 2016). Uma discussão onde se ressalta a necessidade e a diversidade de possibilidades de divulgação do conhecimento histórico, mas também os possíveis e diversos formatos de entretenimento histórico.

Por outro lado, de acordo com Santhiago (2016), a História Pública não deve ser encarada como apenas um esforço de tradução de um conhecimento

regras de validação comuns e hierarquias que produzem a ciência. O que contribui para a compreensão de que, sob esse ponto de vista, a ciência se dá como resultado da disputa por acúmulo de capitais, que se manifesta nas relações sociais travadas nas Universidades. Sendo assim, quando mencionamos a criação de um campo da História Pública, estamos nos referindo às relações sociais e disputas travadas no meio universitário e que produziram certos consensos e validações acerca do que se compreende atualmente no mundo por História Pública (CATANI, NOGUEIRA, *et al.*, 2017)

pretensamente científico, produzido na Academia, que deva se tornar palatável ao público não acadêmico. Para o autor, “[...] a história pública não é tanto uma tradução – talvez uma adaptação. Não é de uma linguagem diferente que o público precisa, mas de um contexto diferente para compreender o material” (SANTHIAGO, 2016, p. 234). Pois, na grande maioria dos casos, o contexto acadêmico é exclusivo. Somente aqueles que pertencem à comunidade acadêmica o acessam. Dessa maneira, passou a estar na preocupação de alguns historiadores o alcance a um público menos vinculado às Universidades.

Muitos historiadores têm se colocado criticamente ao entendimento de que a função da História Pública seria a de construir obras literárias, filmes, livros e séries, com o objetivo de alcançar audiência. Jurandir Malerba (2014) ressalta que, dentro e fora da Universidade, a audiência vem se constituindo como principal objetivo daqueles historiadores, ou não historiadores, que desenvolvem práticas públicas de História. E para ele, essa história, quando produzida por sujeitos não preocupados com o rigor da construção de conhecimento acadêmico-científica, se torna um problema. (MALERBA, 2014, p. 30)

Nessa direção, pode-se contribuir para o movimento de deslegitimação deste tipo produção – científico – e para a desvalorização do conhecimento como um objetivo final. Gerando, assim, um tipo de relação utilitarista com o conhecimento histórico, que só se torna importante quando alcançado um grande público e não quando resultado do processo rigoroso e científico de produção.

Em meio à disputa de definição do campo da História Pública, podemos afirmar que acabou se constituindo uma certa dicotomia entre uma História pretensamente científica, produzida na Academia, e todas as outras práticas públicas de História. Além, também, da relação de hierarquização estabelecida por alguns grupos que definem a disciplina escolar da História como uma mera transposição didática. De maneira geral, a História Pública tem sido vista por alguns historiadores como “[...] profundamente ameaçadora para a maioria dos departamentos de História tradicionais.” (SANTHIAGO, 2016, p. 214)

Tais ameaças, conforme menciona Santhiago (2019), estão tanto no fim da exclusividade sob a produção de conhecimento como também na ameaça a um

certo discurso pretensamente homogeneizante e universalizante, característico da influência eurocêntrica e cartesiana que constitui a produção de conhecimento acadêmico-científico no mundo.

A construção de um campo da História Pública que se preocupe em fortalecer as múltiplas identidades coletivas, a participação dos sujeitos na construção da sua própria história – como são as iniciativas de recuperação de memórias locais, de projetos que envolvem a história oral, etc. –, com certeza deverá se abrir para outras possibilidades de produção do conhecimento que permitam, por exemplo, a interdisciplinaridade, a conjugação de saberes de áreas diferentes, ou mesmo o abandono de definições compartimentadas. Porém, essa permissividade e essa alteração dos parâmetros de produção atual colocam em questionamento toda uma estrutura de produção de conhecimento que existe há muitos anos e que sobrevive baseada em tais moldes.

Nas palavras de Albieri (2011), “as redes acadêmicas de produção historiográfica se constituiriam como uma espécie de fórum de controle epistêmico do que chega ao público como divulgação histórica” (ALBIERI, 2011, p. 34). No entanto, é preciso ressaltar que grande parte das práticas públicas de História que não são produzidas no ambiente acadêmico se valem ou se utilizam, de alguma forma, do conhecimento produzido na Academia. Desta maneira, um caminho possível para promover uma interlocução maior entre os saberes produzidos na academia e as práticas públicas de história seria o de melhorar o diálogo com aqueles profissionais conhecidos por “divulgadores científicos”.

Uma possibilidade de melhoria deste diálogo seria realizar um investimento destas temáticas nos cursos superiores de formação em História. Algumas Universidades brasileiras, desde os anos 2000, vêm demandando ainda mais atividades que incorporem como exigência a produção de práticas públicas de História, que se converteram em diferentes atividades e cursos de extensão (FAGUNDES, 2019). A formação de um profissional que se sensibiliza e se capacita para produção de práticas públicas de História pode ser um caminho para a democratização do acesso ao conhecimento científico e também para romper as barreiras disciplinares que impedem, muitas vezes, o diálogo de saberes. Com certeza seria muito mais proveitoso se todos nós, professores e historiadores,

tivéssemos formação para produzir conhecimento científico e, sobretudo, para fazer esse conhecimento chegar à esfera pública.

Na sociedade atual, marcada pela presença massiva da tecnologia em nossas relações, estamos o dia todo acompanhados de muita informação, a um clique de nossos dedos; bem como de uma enxurrada de imagens e disputas de narrativas sobre os acontecimentos. As relações sociais estão se dando por, entre, e nas fissuras das interferências das Tecnologias de Informação em nossas vidas. Não seria diferente com as relações de ensino e aprendizagem. No discurso recorrente de uma escola que está em crise, também cabe a crítica de que poucas vezes conseguimos interagir, subverter e compreender a relação dos estudantes atuais com as novas tecnologias de informação. Sobretudo, porque os cenários escolares são muito diversos e desiguais.

O YouTube e as possibilidades no ensino de história

Dentro do campo da História Pública, vem se delineando a História Digital, que se refere ao conjunto de pesquisas sobre como a internet e as novas tecnologias, principalmente as Tecnologias de Informação nos meios digitais, alteram, significam e influenciam a produção historiográfica e também aqueles que trabalham com as práticas públicas de História (CARVALHO, 2016). As possibilidades de armazenamento, o acesso rápido a múltiplas modalidades de circulação e divulgação de informações, o encurtamento de distâncias, a agilidade de operações e diálogos proporcionados pela internet alteram significativamente as atividades humanas no tempo presente. Se a História é a disciplina acadêmica que se debruça sobre as experiências humanas no tempo, é inegável que a internet as alterou e, conseqüentemente, também modificou as formas de atuação do historiador e do professor de História.

Para Serge Noiret (2015), o comparecimento de novas tecnologias não alterou somente a nossa forma de circular e divulgar informações; mas também a forma como produzimos a História nas Universidades – campo de legitimação do saber histórico-científico. Compreendendo, assim, a História Digital como todas as produções e trocas sociais que têm como objetivo norteador o conhecimento histórico-científico, seja ele transferido ou produzido pelo e no ambiente digital.

(NOIRET, 2015, p.32). Dessa maneira, as possibilidades de interface entre a internet e o trabalho do historiador e professor são muitas.

O YouTube foi criado no ano de 2005, nos Estados Unidos, e funciona, a grosso modo, como uma ferramenta de compartilhamento de arquivos de vídeo. O objetivo inicial de seus criadores era facilitar a transferência desses arquivos pela rede (MENDONÇA, 2018). Contudo, no ano seguinte, a corporação Google comprou a plataforma e o YouTube se configurou como uma das maiores redes sociais de compartilhamento de mídias do mundo.

O termo em inglês faz alusão à televisão que representa a proposta de que cada um poderia aparecer para qualquer um. Derrubando, assim, da televisão e dos principais meios de comunicação, anteriores, o predomínio sobre a produção de informação. De modo que qualquer um, mesmo sem muito conhecimento técnico acerca de produção de vídeos, possa produzir ou reproduzir seus argumentos e ideias. Sendo assim, no ano de 2006, “quando adquirido pela Google, o YouTube passou a se configurar como um modelo de negócio eficiente, ao mesmo tempo em que mobilizou um discurso de valorização do usuário produtor de conteúdo” (MEILI, in SALGADO & SOUZA, 2018, p.3). Diante da noção de que os processos e instrumentos de comunicação não se constituem como algo exterior às nossas relações e sim como manifestações culturais, o YouTube tem modificado as formas de aprender, divertir, consumir, escutar, se relacionar, etc.

Nas salas de aula, a presença dos celulares e dos conteúdos que circulam pela rede se manifestou de forma tão instantânea quanto o compartilhamento de um vídeo. Os estudantes, sujeitos de seu tempo, relacionam-se com os *smartphones* quase que como uma extensão de seus próprios corpos. No entanto, nós, professores, embora marcados pela diferença geracional em relação aos estudantes, também somos sujeitos de nosso tempo e devemos, portanto, estar atentos às interferências dessas tecnologias.

No YouTube, é possível encontrar diferentes tipos de práticas públicas de História e também muitos divulgadores científicos. Há canais temáticos especificamente direcionados para a História; canais que reproduzem videoaulas; canais de veículos de comunicação – como revistas e jornais – que também produzem sobre a temática. Encontra-se, ainda, muitos conteúdos que não foram produzidos especificamente para o YouTube, como filmes, documentários, curtas-

metragens, programas de televisão, músicas, etc. Como recorrente nas plataformas digitais, o volume de conteúdo é muito grande e diverso.

Recentemente, tem-se discutido sobre as possíveis implicações políticas que a disseminação de informações na / da internet pode gerar. O YouTube, após ser comprado pela empresa Google, se constitui no mercado como uma alternativa à Tv tradicional. Seu diferencial seria o de possibilitar a competição de audiência entre usuários “comuns” e o conteúdo profissional. Acumulando mais de 60 horas de vídeos divulgados por minuto (SALGADO, SOUZA, 2018, p.1), foi gerado um novo mercado que merece atenção.

Somados ao processo de monetização⁴ do conteúdo veiculado na plataforma, estão os refinamentos e critérios das pesquisas. Diante da gigantesca quantidade de informação que circula na rede, foi preciso criar métodos de busca que pudessem gerar o que se conhece por “bolha de filtros”, cujo o objetivo é que, cada vez mais, os resultados das pesquisas sejam personalizados conforme o interesse do usuário. Contudo, como uma das consequências possíveis, percebemos que o caminho para a internet como um terreno propício ao aperfeiçoamento democrático tem produzido efeitos reversos.

Nessa direção, pode-se afirmar que essas “bolhas” geradas pelos filtros de pesquisa não permitem o dissenso e o debate entre diferentes concepções – princípio básico da ciência. Principalmente da História, que, conforme afirma Isabel Barca (2001), se define pelo fato de que: “as narrativas variam designadamente porque os historiadores colocam diferentes questões de investigação, e tal faz parte da natureza intrínseca do conhecimento” (BARCA, 2001, p. 17). Ainda, para a autora, a disciplina se constitui por meio da provisoriedade como um aspecto metodológico que se baseia principalmente na localização espaço temporal, na consistência lógica da argumentação e na confiabilidade do tratamento da fonte. Provisoriamente esta que não se constitui como um defeito metodológico mas, pelo contrário, reforça a potencialidade da disciplina de contribuir para a interpretação

4 Tal processo se dá por meio da vinculação de um determinado canal à anúncios publicitários. Para isso, os vídeos precisam ter uma audiência elevada. No entanto, esta audiência possui um método diferente de aferição daqueles promovidos pelo Ibope – amostragem – para verificar a audiência dos programas televisivos. Ela é verificada por meio do sistema de métricas, que, em linhas gerais, contabiliza a quantidade de *likes*, *dislikes* e comentários que cada um dos vídeos possui (SOUZA e SALGADO, 2018); processo este que transformou a criação de canais no YouTube em um verdadeiro e lucrativo negócio.

acerca de aspectos diferenciados da realidade (BARCA, 2001). Dito isto, as bolhas de conteúdo promovidas pelos critérios de busca nas redes, quando aplicadas às relações de ensino e aprendizado em História, mesmo que na dimensão extraescolar, nos espaços formais e informais de aprendizado, retira também o caráter provisório, marcado, sem dúvida, pela pluralidade característica da investigação histórica. Seguindo, portanto, na direção contrária ao que a ciência histórica tem de especificidade: a construção de uma argumentação baseada em fontes analisadas com compromisso ético e metodológico.

Quando os estudantes, portanto, recorrem à plataforma do YouTube em busca de videoaulas ou canais específicos que tratam de temáticas históricas, a busca estará inevitavelmente atrelada aos critérios de refinamento, ao processo de monetização, ao imbricamento dessas ferramentas às relações sociais, etc. Assim, confirmam-se os temores que os historiadores acadêmicos defenderam em relação aos perigos do desenvolvimento de uma História Pública e da disseminação de práticas públicas de História: ela coloca “em xeque” a legitimação do saber científico. Confirma-se também o temor que muitos de nós, professores, temos de ser deslegitimados em nossos saberes e muitas vezes, por consequência, em nossa autoridade.

Aparentemente, no entanto, essas confirmações não são irreversíveis. O que fazer? A dissertação de mestrado intitulada: *Dicionário Audiovisual de Conceitos: aventuras da experiência e da sensibilidade imagética nas aulas de História* (2018), defendida pela professora de História Natália Lima de Mendonça, traz boas respostas. A autora propõe o desenvolvimento de um canal, realizado pelos próprios estudantes, em constante diálogo com as aulas que ministrou durante a pesquisa. A iniciativa pode contribuir para que os alunos sejam capazes de desnaturalizar a plataforma e compreendê-la em suas especificidades. Ou seja, ao produzirem conteúdo para um canal no YouTube, poderão entrar em contato com as especificidades técnicas, narrativas e estéticas da plataforma e que se diferem de outros espaços como o escolar, o cinematográfico, jornalístico, televisivo, etc. de filmes, telejornais, novelas, etc.

Natalia Mendonça (2018) ainda chama atenção para outra problemática: “[...] há de se diferenciar tecnologia e metodologia, uma vez que o uso por si só da tecnologia não garante um melhor ensino nem uma melhor aprendizagem”

(MENDONÇA, 2018). Muitas são as possibilidades de ilustração dos saberes que mobilizamos para as salas de aula. Contudo, o YouTube, que tem em seu cerne de criação e existência a ideia de valorizar a produção do usuário não profissional, pode contribuir para além das esferas mercadológicas, como uma ferramenta que facilita a participação dos estudantes nos seus cotidianos escolares, de modo que possam se tornar sujeitos produtores de práticas públicas de História. No entanto, é preciso reforçar que esta potencialidade deve vir acompanhada de estratégias pedagógicas que só o professor está capacitado para desenvolver. O diálogo com a plataforma se passa, sobretudo, pela compreensão de antemão, por professores e estudantes, de que ela é uma ferramenta.

Ao se questionar também por que os alunos têm preferido estudar história pelo YouTube, Marco Polo Oliveira da Silva (2016), professor do ensino básico, percorreu como caminho de pesquisa a aproximação das intencionalidades dos estudantes a uma cultura própria da juventude. Para ele, a atual geração de jovens opera sob uma forma de pensamento que incorpora a tecnologia desde o seu nascimento, desenvolvendo assim uma realidade sensorial que é atravessada pela tecnologia. O que, para ele, promove uma nova relação com os conteúdos curriculares que, em sua grande maioria, pensados por adultos, não consideram os objetivos dos estudantes “ciborgues”.⁵ Ainda, de acordo com o autor, as sociedades sempre se valeram de instrumentos e ferramentas para auxiliar o aprendizado. E a juventude atual, marcada por uma “ciborguização”, se vale das ferramentas digitais para tal processo.

Em outros tempos, professores do ensino básico disputavam a narrativa do passado com outros produtores de sentido – como livros, enciclopédias, programas de televisão, etc. O que, de certa forma, nos obriga, enquanto professores, a executar um papel de curador; convertendo-nos, muitas vezes, em “uma espécie de gestor e organizador dos processos de aprendizagem e mobilizador de recursos

5 A “aprendizagem ciborgue” pode ser definida como [...] a fusão entre os processos analógicos de aprendizagem com as tecnologias digitais, produzindo novas formas de aprender. Ao utilizar *blogs*, videoaulas, redes sociais, aplicativos digitais, *smartphones* ou *tablets* no processo de escolarização, ocorre a fusão entre o analógico e o digital na composição de novos modos de estudar. Ou seja, fazer uso de recursos digitais que antes não eram utilizados e torná-los parte do processo de aprendizagem, modificando a forma de pensar e de entender os conteúdos curriculares [...]. (SILVA, 2016, p. 27)

múltiplos” (SILVA, 2016, p. 71). Não somente por conta do YouTube, mas também porque o ensino de História é apenas uma, entre as muitas possibilidades de produção de significado para o passado.

É fundamental ressaltar que o acesso à tecnologia não está completamente difundido entre a população brasileira. As condições materiais que viabilizam dispor da utilização de tais ferramentas virtuais estão diretamente relacionadas às desigualdades sociais, regionais e econômicas que demarcam as diferenças educacionais no Brasil. E portanto, a proposta pedagógica a seguir se baseia em grande parte na experiência que desenvolvi no meu contexto escolar específico e deve ser repensada, planejada, e contextualizada ao cenário próprio, caso desejado.

Proposta de intervenção didática: “Como se escreve a história?”

A atividade foi desenvolvida em uma realidade escolar de três tempos de 50 minutos semanais em uma turma de Primeira Série do Ensino Médio com 36 estudantes. Foram utilizadas duas semanas para a execução. Eu desenvolvi em três turmas diferentes, em anos letivos consecutivos, no mesmo contexto escolar. As dinâmicas sofreram alterações, e, portanto, resolvi compartilhar o planejamento da primeira vez em que realizei.

O tema principal abordado foi Introdução à História e Metodologia da História. E a preocupação central foi a de propor aos estudantes que se questionassem sobre as possíveis formas de utilização do passado e os significados a ele atribuídos e como a História científica se diferencia das práticas públicas de História. Para isso, os objetivos gerais foram planejados na intenção de compreender o conceito de disciplina histórica acadêmica e reconhecer conceitos e instrumentos básicos da ciência histórica. Diferenciar possibilidades individuais e coletivas dos usos do passado; de modo que, ao final da sequência, os estudantes consigam diferenciar as inúmeras possibilidades de produção de significado sobre o passado. Para tais, foram planejados objetivos específicos que consistiram em: compreender o conceito de História acadêmica; compreender o conceito de memória; compreender o conceito de fontes históricas e os diferentes tipos de documentação; compreender a noção de práticas públicas de história e construir coletivamente um conceito ou ideal de história coletivo.

Foram utilizados como recursos uma televisão com acesso à internet, quadro branco e cópias de textos. No entanto, nem todos estes recursos se fazem necessários e podem ser substituídos conforme a realidade escolar.

No primeiro passo da atividade, apresentei dois tipos diferentes de Atas: uma Ata da Câmara do Senado e outra produzida no contexto do movimento estudantil universitário e que tinha em minha posse. No entanto, podem ser apresentadas atas de reuniões de condomínio, ou de conselhos de classe. O importante, a meu ver, é demonstrar como o documento pode ser produzido em contextos públicos e também privados. Fiz uma breve explicação da funcionalidade desse tipo de documento e sobre seus usos mais comuns. Durante a exposição, fui instigando-os a se questionarem sobre o que teria acontecido nos dias em que elas foram produzidas. Expus também a definição e importância da noção de fonte histórica para o conhecimento histórico-científico. Também foi exposto um quadro síntese, no quadro branco, que expunha os conceitos de fonte histórica, memória, história, temporalidade, etc. Esse momento durou cerca de 50 minutos.

No segundo momento da atividade, que foi realizada no início do ano letivo pedi a eles que registrassem a nossa apresentação por meio da escrita de, pelo menos, duas Atas que fossem realizadas por eles. Expliquei aos estudantes voluntários como deveria ser escrito esse documento e pedi que outros fizessem registros diferentes como fotos e áudios. Durante todo o tempo, reforcei a ideia de que aqueles registros ficariam guardados e que poderiam ser revisitados em outros momentos das nossas aulas. A dinâmica de apresentação foi registrada solicitando que eles falassem sobre: Nome, idade, tempo na instituição, um sonho e o que era história pra eles. Este momento durou dois tempos de 50 minutos.

Na semana seguinte, na terceira etapa da atividade, iniciei a aula perguntando pelas ausências da semana anterior. E instiguei-os a procurar estas informações nas atas, fotos e áudios que eles produziram. Neste momento instiguei-os, também, a perceber que nenhum dos registros realizados é capaz de descrever a realidade tal como ela aconteceu, mas que a análise e comparação deles pode se aproximar dos fatos ocorridos. A partir daí, comecei a organizar uma votação para que a turma decidisse o que seria História para a turma, e disse que esse conceito decidido definiria nossas aulas até o final do ano. Foi promovido um

debate com a turma que foi instigada por perguntas como: “*Se alguém quisesse fazer um curta sobre o nosso primeiro dia de aula, como seria feito? Se um jornalista fosse relatar o mesmo evento, como seria feito?*”. E, nesse caminho, fui propondo as diferenciações destas naturezas de produção de práticas públicas de História em relação à ciência. E ao passo que o debate ia se desenvolvendo e os estudantes foram contribuindo com suas noções de História, fui retomando os aspectos apresentados no quadro síntese exposto na primeira aula desta sequência. Este momento durou aproximadamente dois tempos de 50 minutos.

A avaliação realizada com as turmas em que desenvolvi a atividade foram tradicionais e consistiram em testes, provas, e produções de textos. Na minha percepção, a atividade atingiu, em grande medida, os objetivos desejados. Os estudantes foram capazes de perceber que as fontes históricas são produzidas por homens e que, portanto, refletem os anseios, desejos, vontades e acasos de cada tempo e espaço em que foram produzidos. Bem como de diferenciar o papel da ciência da História como aquela que se debruça sobre essas fontes históricas. E ainda, que outras possibilidades de produção de conhecimento e informação sobre temáticas históricas são possíveis, mas se diferenciam em sua natureza de produção.

Temos uma sociedade que se articula em muitas esferas com as tecnologias de informação e tem produzido uma enxurrada de conteúdos. Ainda, percebemos uma aparente e crescente demanda pelo conhecimento histórico, bem como a multiplicação e disseminação de práticas públicas de História cada vez mais veloz. Esses processos têm empurrado a nós, professores, o papel de curadoria que, muitas vezes, também não é refletida. Além dos múltiplos papéis que assumimos em sala de aula, será que teremos condição de assumir mais este? O campo da História Pública nos faz crer que sim. Se não seremos nós, historiadores e professores de História, aqueles capazes de reforçar a importância coletiva de nosso ofício – científico – quem fará?

Referências Bibliográficas

[S.l.]: [s.n.].

ALBIERI, S. História Pública e consciência histórica. In: ROVAI, J. R. D. A. E. M. G. D. O. **Introdução à História Pública**. [S.l.]: Letra e Voz, 2011.

BARCA, I. Educação Histórica: uma nova área de investigação. **Revista da Faculdade de Letras**, p. 13-21, 2001.

BITTENCOURT, C. M. F. **Ensino de História**: Fundamentos e Métodos. 2ª. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

CARVALHO, B. L. P. D. HISTÓRIA PÚBLICA E REDES SOCIAIS NA INTERNET: ELEMENTOS INICIAIS PARA UM DEBATE CONTEMPORÂNEO. **Revista Transversos** , p. 35-53, 2016.

CATANI, A. M. et al. **Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

FAGUNDES, B. F. L. HISTÓRIA PÚBLICA BRASILEIRA E INTERNACIONAL: SEU DESENVOLVIMENTO NO TEMPO, POSSÍVEIS CONSENSOS E DISSENSOS. **NUPEM**, p. 29-47, 2019.

LIDDINGTON, J. O que é história Pública? In: ROVAI, J. R. D. A. E. M. G. D. O. **Introdução à História Pública**. [S.l.]: Letra e Voz , 2011.

MALERBA, J. Acadêmicos na berlinda ou como cada um escreve a História? : uma reflexão sobre o embate entre historiadores acadêmicos e não acadêmicos no Brasil à luz dos debates sobre Public History. **História da Historiografia**, p. 27-50, 2014.

MENDONÇA, N. L. D. **Dicionário audiovisual de conceito**: aventuras da experiência e da sensibilidade imagética nas aulas de história. [S.l.]: Universidade Federal de Pernambuco, 2018.

MENDONÇA, N. L. D. **DICIONÁRIO AUDIOVISUAL DE CONCEITOS**: aventuras da experiência e da sensibilidade imagética nas aulas de História. [S.l.]: Universidade Federal de Pernambuco , 2018.

ROVAI, J. R. D. A. E. M. G. D. O. Apresentação. In: ROVAI, J. R. D. A. E. M. G. D. O. **Introdução à História Pública**. [S.l.]: Letra e Voz, 2011.

SANTHIAGO, R. "A HISTÓRIA PÚBLICA É A INSTITUCIONALIZAÇÃO DE UM ESPÍRITO QUE MUITOS HISTORIADORES TÊM TIDO, POR MILHARES DE ANOS": UMA ENTREVISTA COM DAVID KING DUNAWAY SOBRE HISTÓRIA ORAL, HISTÓRIA PÚBLICA E O PASSADO NAS MÍDIAS". **Revista Transversos**, p. 203-222, 2016.

SILVA, M. P. O. D. **YOUTUBE, JUVENTUDE E ESCOLA EM CONEXÃO**: A PRODUÇÃO DA APRENDIZAGEM CIBORGUE. Belo Horizonte : Universidade Federal de Minas Gerais , 2016.

SOUZA, J. L. D. A.; SALGADO, T. B. P. Pesquisa de audiências no YouTube: um estudo a partir das métricas no canal de Felipe Neto. **Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação**, Belo Horizonte, setembro 2018.